

# Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

---

<https://doi.org/10.56344/2675-4398.v2n1a20218>



## **Título**

No terreno normativo da modernidade

## **Autor**

Felipe Ziotti Narita

## **Ano de publicação**

2021

## **Referência**

NARITA, Felipe Ziotti. No terreno normativo da modernidade. **Transições**,  
Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, 2021.

# NO TERRENO NORMATIVO DA MODERNIDADE\*

## THE NORMATIVE TERRAIN OF MODERNITY

Felipe Ziotti Narita\*\*

**Resumo:** O texto desenvolve um painel conceitual da modernidade, entendida como uma consciência histórica que articula promessas e discursos de emancipação (progresso, razão, etc.) tensionados em sua efetivação. Revisito algumas chaves teóricas a fim de articular a teoria social às linhas de força que constituem parâmetros capazes de balizar temas como a razão instrumental, a crítica, a autonomização das relações de mercado, o novo e a técnica. A modernidade não é apenas uma descrição da estrutura social, mas uma *atitude* em relação aos valores e aos ritmos históricos de transformação. Ao instituir um terreno normativo em que os valores são legitimados e tensionados pela experiência histórica, soçobram os impasses de um projeto inacabado que permanece no horizonte da crise contemporânea.

**Palavras-chave:** Modernidade. Crítica. Crise. Transição. Mudança social.

**Abstract:** This paper offers a conceptual framework that deals with modernity, conceived as a historical consciousness that comprises discourses of emancipation (progress, reason, etc.) that are tensioned in their effort at actualization. The paper discusses the main approaches of social theory with themes like instrumental reason, critique, the autonomization of market relations, the new and technique. Modernity is not only a description of the social structure, but rather it is embedded in an attitude regarding values and the historical pace of transformations. With the institution of a normative terrain where values are legitimated and tensioned in light of the historical experience, the impasses of an unfinished project remain on the horizon of the contemporary crisis.

**Keywords:** Modernity. Critique. Crisis. Transition. Social change.

---

\* Este artigo foi desenvolvido a partir da minha fala de abertura em um encontro de fenomenologia da sociedade contemporânea na FFCLRP-USP, realizado entre 16 e 18 de dezembro de 2020. O título da conferência era "Modernidade: sobre a gênese e as vertigens de um projeto inacabado". Registro meus agradecimentos aos pesquisadores que assistiram à exposição e apontaram temas importantes para a pesquisa.

\*\* Realizou pós-doutorado na USP e na UFSCar e doutorado na UNESP. Docente da graduação e da pós-graduação. Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Infância, Juventude e Educação da USP, da Research Network on Dialectics & Society, do Historiar (CNPq) e do Núcleo de Pesquisa em Ética, Filosofia e Teoria Social da UNESP. Contato: felipe.narita@baraodemaua.br

O presente texto analisa alguns parâmetros relativos à formação da modernidade. Trata-se de uma visão de conjunto, ou seja, entendo a modernidade como um processo que desdobra linhas de força, aceleradas a partir dos séculos XIX e XX, conformando nossa condição histórica. A proposta consiste em desdobrar problemas da teoria social contemporânea à luz de preceitos formativos e de contradições internas ao campo do moderno. Em vez de uma tese monográfica, baseada em recortes temáticos muito especializados, o texto aposta em um painel crítico capaz de organizar uma constelação conceitual e destrinchar elementos heterogêneos, por vezes dissonantes, que compõem o quadro da modernidade como força normativa, ou seja, atitudes e valores (incorporando promessas) que nos interpelam como sujeitos do processo histórico.

A abordagem enfatiza que estamos *no terreno normativo* da modernidade, pois suas categorias reivindicam força reguladora das experiências sociais contemporâneas. A preposição “no” realça que falamos ainda *de dentro* da modernidade. Na teoria social, especialmente após o giro pós-moderno (SUSEN, 2015) (preocupação tornada *mainstream* dos anos 1980 e 1990, mas um pouco em desuso atualmente), minha insistência de que ainda nos situamos no terreno da modernidade certamente é passível de muitos questionamentos. Então estou tratando de teses abertas a contendas e discussões.

A exposição tenta contemplar o problema da gênese e da vertigem de um projeto inacabado. A gênese realça as condições de emergência da normatividade de valores, ao passo que a vertigem diz respeito ao tensionamento das promessas. A proposta consiste em uma dupla preocupação: (1) situar algumas balizas formativas do discurso da modernidade, escavando temas que se estendem aos séculos XVIII e XIX, e (2) pensar as contradições internas às promessas da modernidade como sinais da incompletude de um discurso que, indicando horizontes de desenvolvimento, entrega também impasses e fraturas.

Esse ângulo anuncia alguns pressupostos caros ao texto. A modernidade carrega promessas. Isso implica reconhecer que alguns referentes do horizonte do mundo moderno são elementos de forte capilaridade sociocultural para que sejam legitimados como promessas coletivas. O progresso, como confiança em uma temporalidade desenvolvimentista, acumulando realizações e indicando uma perspectiva de emancipação em relação às carências, é um desses registros. O imaginário da sociedade industrial, construída a partir da segunda metade do século XIX, foi torneado pelas promessas do progresso como modernização social, ou seja, evolução técnica e aperfeiçoamento moral (ARON, 1962; NARITA, 2020).

Diante dessas questões, o presente texto não tem qualquer pretensão de estabelecer uma visão determinista dos processos. O propósito, antes, consiste em explorar linhas destrinchadas pela teoria social a fim de uma aproximação a uma visão de conjunto do problema da modernidade. Os pressupostos normativos da modernidade serão discutidos conforme cinco direções: (1) a emergência de uma noção de *crítica* que reconhece a atualidade como problemática; (2) a noção de progresso como um registro temporal que, na esteira do iluminismo, indica uma consciência histórica da aceleração e do desenvolvimento material extraído unicamente da agência humana na história; (3) a questão da técnica, por meio do qual o mundo se torna manipulável e disponível para a expansão da razão instrumental; (4) a subjetividade como promessa do autodomínio e da racionalidade que legitima a dominação da natureza e dos indivíduos, sujeitando-os à adaptação em relação aos processos produtivos; (5) a autonomia, que carrega um forte senso de individuação e de valorização do indivíduo sobre as determinações coletivas sedimentadas nas tradições.

Esses conceitos carregam valores incorporados em atitudes diante da modernidade, articulando horizontes de emancipação. A modernidade é um discurso desenvolvimentista pois implica um depuramento

das formas sociais, ou seja, um melhoramento mundano incrementado pela autonomia subjetiva nas intervenções na história, dissociando as imagens de mundo tradicionais que prescreviam estabilidade e conformação em relação à autoridade de uma tradição fiada pelos costumes ou pela religião. Então há uma desagregação de um sentido único instituído no mundo na vida, dissolvendo vínculos que conferiam coesão moral às formações sociais. Por isso, a modernidade torna a atualidade um campo de experiências problemáticas.

## **A ATUALIDADE COMO PROBLEMA**

Em um de seus últimos cursos, em janeiro de 1983, Michel Foucault (2008) encaminhou uma reflexão – parcialmente publicada em dois artigos em 1984 – sobre a modernidade como uma consideração do presente em sua “pura atualidade”. Trata-se da ponta final da longa indagação do filósofo francês, aberta pelo menos desde *Subjectivité et vérité* de 1980, sobre os modos de ser do sujeito (os processos de subjetivação), ou seja, os parâmetros históricos a partir dos quais o indivíduo é construído como sujeito. Sintomática, aliás, é a referência maior dessa preocupação foucaultiana em Kant, especialmente o artigo “O que é o esclarecimento?” de 1784. Se um dos eixos da reflexão kantiana é a relação entre o *savant* e o público (FOUCAULT, 2008, p. 9), uma atitude fundamental da modernidade está implícita na preocupação de Kant: trata-se de uma indagação sobre a constituição do presente como “situação histórica determinada” (FOUCAULT, 2008, p. 13). Em outras palavras, *a atualidade se torna um problema* na medida em que é tematizada como um tipo de indagação sobre a história que não está contida no acúmulo de um processo temporal visado (representado historiograficamente) pelo presente. Não se trata, portanto, de uma reflexão historiográfica delimitada a um conhecimento retrospectivo. Antes, a questão é deslocada para pensar como o presente, *ao qual*

*estamos sujeitos e no qual estamos engajados, é portador (porteur) de sentidos que ajudam a desvelar criticamente sua posição diante da história.*

Tomo a liberdade de um rápido excuro sobre o próprio texto kantiano a fim de desenvolver essa abordagem. A indagação direcionada pelo *savant* ao público condiciona uma função específica da atividade intelectual: a intervenção. No caso, uma posição diante dos impasses do presente em relação aos deveres do esclarecimento. A intervenção intelectual reivindica uma reforma nos modos de pensar (*Denkungsart*) para garantir autonomia subjetiva, entendida como liberdade no uso público da razão, contrapondo os pequenos signos do processo de esclarecimento à ilusão de progresso depreendida de grandes eventos – como uma revolução – que, sem alterar efetivamente nosso modo de ser, apenas substituem os velhos preconceitos (*Vorurtheile*) por novas formas de dominação que iludem a turba (*Haufens*) destituída de pensamento (*gedankenlosen*) e reiteram a irrealização do esclarecimento (KANT, 1968, p. 36). A questão, portanto, é menos o grande evento histórico que reivindica a descontinuidade do que a relação dos sujeitos com a condição presente inscrita nas entrelinhas dos signos (os pequenos eventos) que formam a atualidade. Como depreender o sentido dessa condição da atualidade, como destrinchar a historicidade, é a tarefa da modernidade. O pequeno texto de Kant indica um modo por meio do qual o pensamento interroga sua própria atualidade, reivindicando o espaço fraturado do presente como domínio de ação.

Por outro lado, e aqui reside a percepção moderna da atualidade como problema, ao rechaçar a vigência de uma “época esclarecida” (*aufgeklärte Zeitalter*) e afirmar uma “época de esclarecimento” (*Zeitalter der Aufklärung*) (KANT, 1968, p. 40), a atualidade é um processo, é uma condição da qual o discurso faz parte e em relação à qual ele se situa. A condição de uma “época em esclarecimento” não deixa de ser

sinal de uma autoconsciência capaz de se diferenciar culturalmente do passado e, sobretudo, apostar no futuro a partir de um horizonte de emancipação. As épocas carregam um dever histórico baseado na garantia da ampliação (*erweitern*) dos conhecimentos para a depuração (*reinigen*) dos erros e para o progresso sempre maior (*weiter zu schreiten*) no sentido do esclarecimento (KANT, 1968, p. 39). Liberdades civis, uso da razão e autodeterminação por leis costumavam as promessas de autonomia e cifravam nos signos do presente a justificativa para sua atualização no aperfeiçoamento da vida subjetiva e institucional. Essas promessas mapeiam as perspectivas do esclarecimento, de modo que, enfatizando a necessidade histórica e questionando o porquê de suas irrealizações, indicam as fraturas na atualidade.

No artigo de 1784, Kant desloca os problemas clássicos da origem e da finalidade do processo histórico presentes em outros pequenos textos, como "A história universal de um ponto de vista cosmopolita" (de 1785) e "Começo conjectural da história humana" (de 1786), ao inserir a atualidade na consecução de um dever histórico, exigindo engajamento do *savant* com o esclarecimento (signo do progresso moderno). A atualidade à qual o *savant* se dirige, pensando-a em um horizonte comum entre o escritor e seus públicos, sugere a intervenção sobre o presente como a necessidade de esclarecimento em relação a uma condição que represa as potencialidades de emancipação. O presente é uma dobra: a reflexão sobre a atualidade opera sobre a diferença instituída pelo hoje diante da história, indicando o motivo de uma reflexão (FOUCAULT, 2004, p. 1387) em que os conceitos filosóficos são recuperados e tem sua validade tensionada à luz do compromisso com a atualização das necessidades de época no presente (incorporadas em promessas da razão).

Por isso, se esse pequeno excursus estiver adequado, o presente se torna digno da reflexão filosófica não apenas em função da operacionalidade dos grandes conceitos do discurso de emancipação da

modernidade (expressos nas obras maiores do criticismo kantiano a partir da autonomia subjetiva, uso público da razão, progresso, liberdade de pensamento, etc.), mas em função de ter se tornado suficientemente problemático para exigir uma justificativa do pensamento e impelir a ação no sentido da crítica dos processos sociais que bloqueiam a emancipação. Nesse sentido, talvez aqui esteja o passo decisivo, a promessa de emancipação da modernidade é garantida unicamente pela agência subjetiva – por uma *atitude*, pela intervenção na história, ou seja, no *presente*. A atualidade dispõe os signos com as quais seu dever diante do processo histórico tenta ser justificado, incorporando valores alinhados com essa realização.

Retornando ao *insight* de Foucault (2008, p. 30-31), o discurso filosófico sobre a modernidade interpela o presente como uma *surface d'émergence*, de modo que a intervenção pública engajada com o esclarecimento dos sinais de época já é o empuxo de uma atualidade em relação à qual os conceitos *devem* se posicionar. A modernidade, aqui, indica uma atitude: não se trata de uma época, tampouco de um recorte cronológico, mas de um *modo de relação* com a atualidade (FOUCAULT, 2004, p. 1383). Essa perspectiva desfaz dualismos decorrentes de divisões estritas na discussão sobre a modernidade das últimas cinco décadas: a rigor, a definição de modernidade aqui desenvolvida não é uma descrição sociológica da originalidade ou do apanágio nacional de uma estrutura social moderna contraposta às faltas de uma sociedade tradicional, restringindo o debate sobre a modernidade a uma contraposição de pares antitéticos (moderno/arcaico, novo/velho, etc.). A definição é urdida, antes, por valores que circulam e são incorporados em nossa conduta diante do presente.

Por isso, a modernidade é o modo como nos relacionamos com os valores: trata-se de um *ethos*, de uma orientação de condutas expostas a certos componentes normativos do moderno (FOUCAULT, 2004, p.1388), como o novo, a efemeridade, o progresso, a técnica, a autonomia, etc.

Quando nos relacionamos com valores, então, tangenciamos as tensões produzidas de dentro da modernidade e justificadas na atualidade. Trata-se de uma "crítica permanente do nosso ser histórico" (FOUCAULT, 2004, p. 1390): a questão não é uma crítica de fora da modernidade, como um retorno a uma ordem tradicional idealizada, tampouco o consentimento de, falando de dentro do terreno normativo da modernidade, sucumbir à ordem de coisas. Trata-se, antes, de uma atitude *crítica* que deve se mover na *fronteira*, ou seja, reconhecer as limitações e as insuficiências dos elementos que balizam (como componentes normativos) o terreno da modernidade como promessas de emancipação.

No coração do iluminismo, portanto, é proposto um tipo de indagação que questiona nossa relação com o presente como uma tarefa que interpela o modo de ser histórico do indivíduo como sujeito autônomo. Retomando o *motto* kantiano de 1784, a autonomia não é garantida: ela deve ser conquistada, em uma condição pela qual os indivíduos se engajam contra os modos inautênticos de experiência social e de privação (não à toa, uma das chaves da preocupação de Kant e de muitos contemporâneos, como Fichte, era a liberdade de consciência). O indivíduo se torna sujeito na medida em que assume a responsabilidade pelo que faz e pensa. A condição de autonomia é indissociável da *permanente suspeição* da realidade. O esclarecimento, por não estar concluído, entende o presente como problemático na medida em que tematiza abertamente as limitações (*Einschränkung*) que represam sua realização histórica (KANT, 1968, p. 37). Esse é o motor da crítica: a intervenção sobre a atualidade é movida sobre as fronteiras de promessas e valores, esbarrando em suas limitações, de modo que não sucumbe ao consentimento com a realidade. Antes, legitima uma tentativa de ultrapassá-la.

A crítica dessa atualidade problemática é uma análise dos limites da nossa conduta diante do presente. Se o acento das grandes críticas

kantianas estava colocado sobre os limites do entendimento e a jurisdição das faculdades reguladas pela razão, Foucault (2004, p. 1396) oferece uma interpretação sugestiva: como crítica do que somos, a elevação da atualidade a problema implica um escrutínio dos limites impostos e da capacidade de transposição (*franchissement*) dessa situação comum. Um dos componentes cruciais da atitude diante do presente é a crítica como pesquisa (*enquête*) histórica dos processos que levam a nosso reconhecimento como sujeitos. Essa atitude de crítica permanente de Foucault pressupõe uma "ontologia crítica de nós mesmos", ou seja, uma atitude diante do que nós nos tornamos (FOUCAULT, 2004, p. 1393).<sup>1</sup> A tração da crítica é uma atitude de transfiguração da vida (FOUCAULT, 2004, p. 1389), cuja postura exige um limite tenso entre a captura do real e o exercício da liberdade para *imaginer autrement*. Na dobra de um presente problemático, a modernidade incorpora uma atitude que, a um só tempo, o reconhece e o viola.

## TRANSIÇÕES E CONSCIÊNCIA DO TEMPO

O aguçamento de uma percepção de descontinuidade temporal marca o horizonte no qual se desloca o discurso da modernidade. A relação entre atestação e ultrapassagem da atualidade é costurada sobre uma gramática social que baliza o senso de fragmentação da vida: efemeridade, deslocamento das tradições, crises agudas, rápidos rearranjos produtivos, apelo do novo, mobilidade espacial, vertiginosa circulação cultural em função dos meios de comunicação (volatilizando antigas estratificações entre alta e baixa cultura, erudito e popular, etc.) e ampliação das esferas de ação da técnica. Antes de apenas

---

<sup>1</sup> Sou grato aos estudantes de pós-graduação que, em 2020 e em 2021, pacientemente assistiram aos meus cursos no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da UNESP e no Programa de História, Cultura e Sociedade do Centro Universitário Barão de Mauá. Espero ter conseguido incorporar satisfatoriamente as observações realizadas durante as aulas.

reconhecer esses processos, a atitude da modernidade, como crítica, está engajada em decompor os complexos socioculturais incorporados em valores (progresso, trabalho, esclarecimento, técnica, individuação, etc.) que legitimam o moderno, expondo a parcialidade e as limitações subjacentes às promessas carregadas por eles.

A gênese do discurso da modernidade pode ser entendida como a sinalização de uma nova consciência de época. Sobretudo a partir do final do século XVIII, essa consciência, hoje chamada de “modernidade”, começou a ganhar corpo. O tempo deixava de ser experimentado como fim ou começo, de modo que sujeitava a experiência social a uma constante transição. Essa experiência do tempo também era historicizada, na medida em que, em vez de ser apenas um transcurso ou registrada esparsamente em crônicas e em eventos dispersos, sublinhava um processo de movimento temporal cujas relações de sentido eram dependentes da agência humana e de suas circunstâncias mundanas. Esse é um argumento esposado por Reinhart Koselleck e desdobra uma dupla condição. A história se torna disponível (*verfügbar*) como um conceito reflexivo diante do qual os homens estão necessariamente engajados na atualidade, pois ela os *atinge* (*ereilen*) (não está mais associada a uma representação externa de crônicas ou eventos) e exige ação para planejamento de horizontes coletivos, previsão política, etc. (KOSELLECK, 1995, p. 264-265). A história, portanto, é *produzida* (*hervorzubringen*) como campo de intervenção e *interpela* seus sujeitos. Associado a isso, Koselleck (1987, p. 47) destaca o horizonte temporal da modernidade como a consciência de um “umbral de época” (*Epochenschwelle*): uma percepção de que a dobra do presente é substancialmente uma virada também no sentido da história, vinculando a apreensão da modernidade a um questionamento sobre o estatuto da atualidade diante da historicização do tempo em transições.

Em registro prosaico, transição é um termo suficiente vago para captar qualquer mudança. Se o tempo implica movimento – não apenas

no sentido moderno de movimento geométrico e deslocamento (como fixado nos corolários dos *Principia* de Isaac Newton), mas no sentido grego, como na *Física* aristotélica, de mudança de estado, *kinêsis* –, então toda época é composta por transições (por história, mudança). Minha insistência sobre o termo “transição”, contudo, ressalta outra conotação. Ao realçar a modernidade como transição, estou enfatizando uma consciência propensa a ritmos de mudança sociocultural mais fragmentados, pois situados em intervalos mais curtos, além da percepção de um horizonte em relação ao qual prospectos se tornam cada vez mais opacos. O acúmulo dessas disrupções compõe múltiplas transições, gerando desorientação a partir de quebras e sínopes que fraturam a unidade das vivências.

A historicização do tempo altera em cada presente a percepção do passado, ou seja, o presente se percebe uma transição distante e distinta do passado. Por um lado, há uma gradativa decomposição do caráter exemplar da história, baseada na similitude estrutural de toda história presente e passada – ainda que, a bem da verdade, o *topos* da *historia magistra vitae* tenha perdurado como componente formativo da consciência histórica da modernidade, por exemplo, até os anos 1930 e 1940 nos livros didáticos (NARITA, 2014; NARITA, 2021b). Por outro lado, o argumento de Koselleck (1987) ressalta a articulação de um tempo que não apenas divide cronologicamente e historiograficamente a história de modo retrospectivo, mas permite a auto-compreensão da própria época diante das demais, de modo que o caráter único/particular (*Einzeln*) de cada acontecimento abre o tempo para o novo, que paulatinamente se desgarrar do espaço de experiências e lida com critérios próprios, auto-referenciados, para se posicionar reflexivamente em relação ao passado. Categorias como *progresso* e *evolução* ilustram essa semântica temporal, na medida em que tentam extrair da atualidade – e não de uma autoridade externa ao presente – os critérios normativos para justificar a intervenção na história.

Esse é um desdobramento decisivo da percepção da atualidade como problemática. Os valores do campo da moralidade, da pertença e de identidades tradicionais, antes urdidos como realidades substanciais para a coesão social, são desestabilizados à medida que os sentidos de uma única grande narrativa (tecida pela religião ou pelos costumes), como modelo normativo e totalizante de todas as experiências sociais, são progressivamente fragmentados. A modernidade reforça as promessas de auto-realização (como autonomia individual para o desenho da própria biografia) e de autenticidade subjetiva (buscada nas tentativas de individuação e superação da tradição), de modo que essas pressões reconfiguram as posições do sujeito em relação aos signos (eventos e valores) que tecem sua identidade. A atualidade se torna problemática, pois os valores e os signos de integração social são dispersos pelas transições (BELL, 1976, p. 47-49), diluindo as instituições comuns que funcionavam como mecanismos de coesão do mundo da vida.

Como eixo interpretativo, o predomínio do tempo sobre o espaço é a marca por excelência da modernidade (CALINESCU, 2003), tendo sido estilizado na cultura do alto modernismo à la Marcel Proust e Thomas Mann. Fredric Jameson (1991, p. 16-17) justamente ressalta, na cultura moderna, a prevalência de uma lógica diacrônica sobre a sincronia: a cultura moderna privilegia a transformação, quer dizer, ela pressupõe uma relação temporal e histórica cujos signos tendem a ser *decompostos* (não apenas agrupados) a partir de uma gênese, como eventos a serem interpretados e decifrados nas dobras da atualidade. O tempo espelha diferenças finas por meio de signos dispersos das vivências (BECKETT, 1990, p. 23, p. 94). Os signos não comportam uma relação simétrica de identidade, tornando as experiências comensuráveis pela tradição (valores que serão sempre repetidos como os mesmos), mas exigem uma interpretação consciente da impossibilidade de unificação das desconti-

nuidades temporais (DELEUZE, 2007, p. 156), fragmentando as experiências que se perdem nas transições.

A propensão ao novo, como uma experiência aberta às discontinuidades e à ultrapassagem de formas de vida e estilos culturais que não se cristalizam com a densidade da tradição, descortina um futuro contingente. Conforme a teoria cultural de Theodor Adorno, a aceleração cifra na atualidade signos que denunciam a modernidade como um *work in progress* fadado ao inacabamento (ADORNO, 2012, p. 46). O senso de aceleração atropela a cristalização de tradições e os elementos auto-referenciados da modernidade (progresso, evolução, autonomia, etc.) não estruturam estabilidade para as cisões produzidas. Justamente por historicizar o tempo tentando ultrapassar a atualidade, a modernidade é uma consciência que atesta sua própria parcialidade e transitoriedade diante da história. Nesse sentido,

Os sinais da desordem [*Zerrüttung*] são a marca de autenticidade [*Echtheitssiegel*] da modernidade, aquilo através do qual ela nega desesperadamente o acabamento [*Geschlossenheit*] do que é sempre igual. A explosão é uma de suas invariantes. A energia anti-tradicionalista torna-se um turbilhão voraz. Nesse sentido, a modernidade é um mito dirigido contra si mesmo; sua atemporalidade [*Zeitlosigkeit*] se converte em catástrofe no instante em que rompe a continuidade temporal [...] Mesmo quando a modernidade preserva [*festhält*] em técnica as aquisições tradicionais, elas são supressas [*aufgehoben*] pelo choque que não deixa nada herdado tranquilo [*unangefochten*]. Assim como a categoria do novo resultou de um processo histórico que dissolveu [*auf löste*] primeiramente a tradição específica e em seguida qualquer outra tradição, a modernidade não é uma aberração que possa ser corrigida com o retorno a um terreno [*Boden*] que já não existe e tampouco deve voltar a existir; tal é, paradoxalmente, o fundamento [*Grund*] da modernidade e isso lhe confere seu caráter normativo (ADORNO, 2012, p. 41).

Muitos intérpretes da cultura moderna associam-na ao efêmero, ao transitório, ao novo inscrito na disrupção técnica e às formas de vida da cidade (multidões, modas, consumo, densa circulação, etc.). Esse acento sobre a dinâmica pode ser rastreado em diagnósticos incrivelmente extemporâneos, ainda no início da cultura industrial, como Charles Baudelaire, Émile Verhaeren, Arthur Rimbaud ou Stéphane Mallarmé, bem como nas consciências plenamente cientes das promessas e dos traumas associados ao dinamismo moderno, já do início do século XX, como nos escritos de Guillaume Apollinaire, Walter Benjamin, James Joyce, Paul Éluard, Roberto Arlt ou Mario de Andrade. As formas culturais tendem a abrir mão da monumentalização da perenidade e reconhecem sua sujeição à essência temporal (*Zeitkern*), ou seja, ao conteúdo histórico internalizado como a celebração da efemeridade e do novo (ADORNO, 2012, p. 50). Se “o novo é o signo estético da reprodução ampliada [do capital], com suas promessas [*Versprechen*] de abundância [*Fülle*]” (ADORNO, 2012, p. 29) ancoradas no dinamismo da produção e do consumo industriais, essa dimensão normativa da novidade, pressuposta na intensificação das forças produtivas e na necessidade de circulação de bens de consumo, indica que a tecnocracia absorve a produção cultural como uma forma de domínio (*Herrschaft*) mascarada de racionalidade (ADORNO, 2012, p. 323).

A estética da comunicação de massa, hoje transfigurada também na linguagem do espetáculo das superfícies digitais (MORELOCK; NARITA, 2021c), talvez seja o sinal por excelência de um modo de produção que, além das dinâmicas materiais (trabalho e técnica), produz subjetividade a partir de uma sensibilidade superestimulada pela formatação industrial da cultura. As relações sociais são mediadas pelas imagens propiciadas pela infraestrutura técnica dinamizada pelo capital, de modo que a expansão da comunicação visual é indissociável da dominação do entretenimento e do mercado da cultura (ALLOWAY, 1969), legitimando

o consumo de referências padronizadas para os gostos massificados pela proliferação e pela repetição de imagens (PERNIOLA, 1980) em um presente que se dilata pelos estímulos instantâneos de telas, cores, sons, movimentos, etc. Por um lado, o conformismo com um “mundo administrado” (*verwaltete Welt*) tende a direcionar a constituição subjetiva não à promessa de emancipação e autonomia, mas a uma auto-realização torcida em função da adequação à ordem das mercadorias (ADORNO, 2012, p. 178). Essa redução funcional da razão à realidade amputa o conteúdo dialético da produção cultural que, em nome da crítica e da emancipação, deveria incorporar (*verkörpern*) a negação determinada como uma diferença da forma cultural em relação à realidade (ADORNO, 2012, p. 336-337), reiterando a intransigência com a falsa reconciliação de uma cultura subjugada à utilidade e à reprodução de mercadorias. A neutralização da tração crítica, portanto, esvazia a promessa de emancipação subjetiva da modernidade.

Por outro lado, a teoria adorniana, apesar de oferecer uma fundamentação crítica robusta para o entendimento da modernização sociocultural, talvez não tenha parâmetros tão afinados para captar como parte da própria produção cultural de massas pode tensionar o campo normativo da modernidade. O caso do rock, nesse sentido, talvez seja exemplar de como a relativa simplicidade do material musical não significa imobilidade da forma como crítica: se com o Black Sabbath ficam salientes as contradições da sociedade industrial (técnica/barbárie, hedonismo/alienação, etc.), na geração dos anos 1980, com *Einstürzende Neubauten* ou SPK (de Graeme Revell), signos da crítica ao fordismo podem ser mapeados em uma paisagem sonora urbana degradada e na denúncia das práticas disciplinares da sociedade industrial em uma época de crise de suas instituições (fábrica, família, escola, etc.). A questão, portanto, é que mesmo sob o “mundo administrado” há linhas de fuga significativas de criatividade cultural que não

abrem mão de expor o conteúdo danificado da atualidade sob as promessas da modernidade.

Além disso, mais do que qualquer vanguarda modernista e despeito da denúncia da atualidade como uma socialização danificada, as imagens impressas e a mídia de massa (especialmente a televisão e o cinema) redesenharam a experiência estética (SHUSTERMAN, 1992) expandindo-a não apenas como forma visual, mas como um formato rentável de comunicação baseado nas promessas de expansão do consumo mediada pela rapsódia de imagens mecânicas dispersas como signos de uma sociedade fragmentada em torno do consumo e da informação (HOBBSAWM, 1998; MAASE, 2010). Se a *pop art* dos anos 1950 e 1960 ressaltou a banalização das consequências estéticas da produção fordista e do consumo, um movimento muito mais amplo nas técnicas de difusão e de reprodução da cultura (CDs, barateamento das impressões, maior facilidade de gravações, MP3, etc.) ampliou os modos como as relações de mercado (presente) instrumentalizam os itens passado (telas de museus e catálogos agora estampando pastiches em camisetas, fácil acesso a fotografias e a técnicas fotográficas, etc.) e são afetadas (vide o problema de *copyright* na era da reprodução digital da cultura) por disruptões criadas por elas próprias.

## **MODERNIZAÇÃO E INDUÇÃO DE TRANSIÇÕES**

Adorno considera que nada mais garante que a experiência acumule caminhos a serem seguidos (*honoriert*), de modo que a tradição, em vez de abstratamente negada, é sujeita à crítica, pois nada é reiterado apenas por estar disponível (*vorhanden*) ou ter seu valor (*galt*) estabelecido (ADORNO, 2012, p. 67). O reconhecimento de um presente problemático, que coloca a realidade sob suspeição pois não naturaliza as circunstâncias objetivas, é o móvel de um esforço sistemático de violação da atualidade. Se esses nexos pós-tradicionais liberam os

acentuados processos de individuação do capitalismo (reforçados pelo consumo, pela pluralização de opções religiosas, etc.), a consciência de uma história que atinge os indivíduos e os interpela como sujeitos abre um campo para ação e direcionamento político das transições. A possibilidade de planejamento, por meio da intervenção na história, tornou-se um dos distintivos políticos das agendas de desenvolvimento.

A primazia da transição sublinha um tempo sujeito ao planejamento da aceleração – em outras palavras, à *indução* das transições a partir de transformações *politicamente orientadas*. Especialmente a partir dos anos 1940 e 1950, a envergadura do aparato estatal e a gênese do internacionalismo de órgãos multilaterais e mecanismos de cooperação transnacional sinalizaram a complexidade de arranjos socioeconômicos e procedimentos para atender às necessidades de sociedades de massa cada vez mais problemáticas. A coordenação política para sincronizar e articular as diversas esferas da vida (economia, sistema político, sistema escolar, política cultural, saúde pública, seguridade social, assistência, etc.) é sintomática da alta diferenciação funcional das sociedades modernas, delimitando lógicas operacionais específicas (protocolos, diretrizes, procedimentos, regulações, etc.) e corpo técnico para a gestão racional de recursos e demandas. Essa complexidade (LUHMANN, 1987, p. 46) dos sistemas políticos modernos indica que a conexão entre as políticas e as diversas esferas da vida exige graus progressivos de hierarquias e funções para a sincronia e a unidade dos processos de modernização. As políticas públicas enquadradas sob a rubrica pragmática de “modernização” (conjugando incremento produtivo, diversificação socioeconômica, urbanização, escolarização e otimização das gestões pública e privada) eram as estratégias práticas para extrair da intervenção sobre o presente as condições de superação do atraso e de legitimação do horizonte desenvolvimentista (progresso) da modernidade. O conceito de modernização é um dos principais marcadores dos componentes auto-referenciais da modernidade, pois

ele extrai sua legitimidade de critérios internos de um presente que se autonomiza da tradição e instrumentaliza a intervenção política na história por meio de preocupações técnicas de planejamento do futuro e de sincronia, tanto entre esferas de ação quanto de necessidade de atualização das sociedades à *ordre du jour*.

A consciência política da modernização, como indução das forças sociais à transformação sociotécnica tendo em vista uma percepção do *atraso*, compõe um dos dilemas históricos da América Latina e das miragens de sincronia com os países centrais. Lidar com a indagação de nossa atualidade implica considerar as disjunções inscritas na forma social: as fronteiras que condicionam nossa atitude diante da modernidade, do ponto de vista da descrição sociológica, lidam com os elementos normativos das aspirações de desenvolvimento regional miradas nas promessas da sociedade industrial (técnica, consumo de massas, urbanização, etc.). *No caso latino-americano, a modernidade é imiscuída a uma consciência de viver na periferia do capitalismo*. Essa relação tensiona os limites dos componentes normativos da modernidade ao confrontá-los com valores que torcem as políticas públicas à necessidade de atualização de sociedades que estão sempre atrás, a reboque, dos giros modernizadores.

Quando pensamos sobre os processos de modernização, como a constituição da esfera pública ou a sociedade industrial, lidamos com novos valores emergentes que implicam uma mudança de atitudes sociais em relação aos quadros normativos da modernidade. No caso latino-americano, a forte urbanização das sociedades a partir dos anos 1940 e 1950 assinalou novas condições de integração das massas à política (MORELOCK; NARITA, 2018), além da ampliação de classes médias e de consumo cultural de bens industriais. A narrativa do progresso e o incremento produtivo (ascensão social e comodidade) garantidos pelo trabalho são valores cruciais que emergem da modernidade

como componentes normativos em relação aos quais as políticas de desenvolvimento e nossas atitudes ganham corpo.

As políticas de modernização ampliaram sobre o presente um campo de desenvolvimento cujo apelo articulou dois eixos: a acumulação (minoría proprietária se apropria de parcela do incremento do produto) e a promessa de elevação e diversificação de padrões de consumo (FURTADO, 1964, p. 64-65). Ambos desvelam camadas normativas da modernidade inscritas nas transformações estruturais dos últimos 50 anos, seja por meio do dilema de consolidação do mercado interno e da integração regional à sociedade de consumo (lidando com as condições de ascensão social pela renda) ou por meio dos impactos socioculturais decorrentes da volatilização dos contextos tradicionais (STAVENHAGEN, 2014), com a incorporação de uma ética pragmática de mercado nas condutas individuais (profissionalização, eficiência, competências profissionais e rentabilidade) e no planejamento de ações para intervenção na história via superação de déficits estruturais (projetando a atualidade, torneada pela modernização, para além das barreiras que bloqueiam o desenvolvimento).

Nas últimas duas décadas, com a institucionalização das democracias liberais e com as políticas de desenvolvimento social na região – especialmente na esteira dos projetos reformistas da “onda rosa” –, o deslocamento do eixo do debate sobre desenvolvimento, realçando a noção de coesão social (OTTONE et al., 2007) como bem político primário, operacionaliza uma constelação de noções da modernidade. Temas como inclusão, pertencimento, igualdade, reconhecimento e políticas públicas que garantam bem-estar têm deslocado as agendas de modernização para a importância da *qualidade* dos vínculos sociais suscitados pela democracia. Esse acento sobre a coesão sublinha que, embora em conjunturas de crise a ênfase recaia sobre o conflito social e político, o aperfeiçoamento institucional da democracia depende também da construção de normas capazes de pactuar o mundo da vida.

Nesse sentido, os valores da modernidade são tematizados como princípios normativos no horizonte das sociedades latino-americanas, reconhecendo a necessidade de processar conflitos e de lidar com as contradições decorrentes do desenvolvimento do capitalismo. Por isso, mesmo a partir da periferia do capitalismo, onde a precariedade dos prospectos de desenvolvimento da modernidade é muito mais saliente, com políticas redistributivas ainda insuficientes e assimetrias no acesso a bens (materiais e políticos), serviços e renda (BARCENA et al., 2017), falamos de dentro da modernidade, ou seja, de dentro do projeto de racionalização que promete autonomia (desenvolvimento, progresso, esclarecimento, trabalho, etc.) e entrega também as fraturas de promessas não-realizadas.

## **A CRÍTICA EM UMA SOCIEDADE DANIFICADA**

A equação produção/abundância, como atitude de plenitude associada à produção em massa, é um signo também da mobilidade. Grandes intérpretes da formação do sistema socioeconômico moderno, como Fernand Braudel (1987) e Manuel Nunes Dias (1963), destacam justamente o movimento de trabalho e de mercadorias que costurou a lógica do sistema de trocas, unificando espaços diversos – coloniais e metropolitanos – a partir dos padrões de acumulação mercantil regulados juridicamente pelo sistema colonial e pelas companhias comerciais, dinamizando frotas interoceânicas, agentes comerciais e créditos das praças europeias. A gramática das trocas assinalou as prerrogativas de um domínio, o *econômico*, como campo dotado de dinâmica própria capaz de ser legitimado pela rentabilidade e pela abundância – pelo primado das coisas (mercadorias) sobre os homens (BATAILLE, 2007, p. 133).

Adam Smith, em 1776, fundamentou sua teoria social nos novos horizontes abertos pela colonização para as relações de um sistema

social que se tornava efetivamente nucleado nessa razão de mercado (SMITH, 2003, p. 563, p. 717), aguçando a divisão do trabalho, concebida como fator de produtividade, conforme a especialização de atividades e de praças comerciais. Dois polos orientam a reprodução do sistema social moderno e suas promessas: o consumo, com a miragem de abundância de mercadorias (SMITH, 2003, p. 750, p. 839-840), e o melhoramento (*improvement*) das técnicas que permitem os efeitos civilizadores do comércio, tanto para as comodidades quanto para o refinamento dos gostos (SMITH, 2003, p. 794-795). Uma das referências do volumoso tratado de Smith, abade Raynal (1781, p. 187), afirmava que o comércio, “estendendo a esfera das necessidades e o desejo dos gozos [jouissances], multiplica os trabalhos, encoraja a indústria e se torna, de algum modo, o motor do mundo”.

A ordem liberal emergente no final do século XVIII, ao defender as liberdades associativas da nascente sociedade civil, afirmava também uma razão de mercado ancorada na competição e nas assimetrias de interesses divergentes confrontados sem as regulações estritas e os monopólios jurídicos da política mercantil. Quando Max Weber (1980, p. 58-59) analisou a desintegração dos quadros de regulação mercantil e a ascensão de uma racionalidade formal do cálculo e da rentabilidade baseadas na empresa particular, ele oportunamente assinalou que “o dinheiro é meio e preço de luta” em uma socialização liberal, ou seja, fiada pela relação desigual entre indivíduos proprietários conforme os imperativos de consumo. Mas a expansão das relações assimétricas de mercado, ao passo que liberou as condições de autonomia econômica da sociedade civil, expôs o que Karl Polanyi (2008, p. 133), em estudo clássico de 1944, definiu como “a descoberta da sociedade” – as fraturas de coesão social em uma sociedade de desiguais (portanto, de proprietários) passaram a ser explicitadas como déficits internos a relações mediadas pelas carências e pela pobreza das grandes cidades. À luz da emancipação individual prometida pelo mercado, as contradições do

processo histórico tornaram-se criticamente expostas em uma atualidade contestável e denunciável.

Entender nossa atualidade como *condição problemática* opera uma consciência histórica moderna na medida em que essa reflexão está vinculada aos modelos de *crítica* desenvolvidos na aurora da sociedade industrial. A legitimidade do que aparece naturalizado para a consciência pode ser descomposta geneticamente; a validade pode ser contestada, pois a normatividade do real fica sujeita ao escrutínio de sua necessidade. A filosofia hegeliana – ousaria dizer que dos escritos do sistema inicial de Jena até a *Fenomenologia* – esteve às voltas com essa preocupação de tornar o presente problemático, pelo menos, em duas direções complementares: (1) a atualidade alçada a objeto da investigação filosófica implicado no caminho de experiência da consciência e (2) a atualidade mediada por determinações sociológicas (expansão de relações de mercado, trabalho, técnica, propriedade privada, etc.) que tornam os horizontes de desenvolvimento e de emancipação da modernidade como nossa *condição denunciável*.

Com a primeira direção, na *Fenomenologia* de 1807, Hegel fundamenta uma percepção da atualidade como posição reflexiva diante da experiência. Experiência (*Erfahrung*), aqui, é entendida não a partir do acúmulo do saber, mas como dialética, ou seja, uma investigação de como o movimento das figuras temporais de um objeto altera o conhecimento sobre aquele objeto, de modo que, modificando o saber, alteram-se para a consciência o objeto e o conteúdo da experiência (HEGEL, 1988, p. 74-75). A lógica de adequação (*gemäss zu machen*) por meio da qual a consciência tenta abraçar os predicados de um objeto, em vez de uma relação imediata, torna-se mediada e tensionada tanto pela negação da realidade em se adequar ao esforço imediato da consciência quanto pela dinâmica temporal por meio da qual sujeito e objeto são historicamente determinados, de modo que essa refração, decorrente da desintegração da identidade e da unidade

imposta à relação saber/objeto, enreda os momentos cristalizados na atualidade como a aparição (*Erscheinung*) de um processo cifrado que, sob sua simplicidade, é mediado por um longo (*weitläufigen*) caminho histórico depositado nas formas culturais (*Bildungsformen*). A condição de crítica da atualidade implica desacostumar a consciência no exato momento em que o sentido fica detido (*festgewurzelt*) no imediato, contentando-se em simplesmente reproduzi-lo. Se a consciência não pode ser abstraída do terreno histórico que a produz – não é um conhecer alicerçado em prerrogativas transcendentais –, ela é sempre tensionada pelas circunstâncias.

Sintomático da segunda direção é o esforço de uma filosofia do espírito, levado a cabo em 1805, que posiciona o trabalho no centro da necessidade de reconhecimento (HEGEL, 1987, p. 205). A dinâmica da sociedade industrial tornava-se problemática em função de critérios internos a seu desenvolvimento, ou seja, elementos que não eram capazes de reconciliação e tornavam-se dignos da denúncia de uma consciência histórica ciente de sua atualidade e, por isso, esclarecida pela crítica. A multiplicação (*vervielfältigt*) das necessidades (*Bedürfnisse*) amplia a diversidade produtiva e promete novos mecanismos de consumo, civilizando (*gebildet*) os indivíduos ao adequá-los aos gozos (*geniessen*) e ao acesso mais fáceis aos bens industriais. Mas o trabalho, cada vez mais mecanizado, castra a vida autoconsciente de sua plenitude (*erfüllte selbstbewusste Leben*), pois tende a se tornar abstrato – dependente, portanto, do ritmo de máquinas e vazio de conteúdo espiritual (*geistlos*). Em outras palavras, a subjetividade é danificada à medida que a modernidade renuncia (*verloren*) à totalidade da compreensão (*reiche Umfassen*) da vida, reduzindo o trabalho a uma atividade unidimensional (*einseitig*) e confinada a finalidades restritas e mecânicas (HEGEL, 1987, p. 222). A necessidade de adaptação, portanto, é a única alternativa para sustentar uma existência precária.

O incremento produtivo moderno, sob as promessas de comodidade da vida por meio do desenvolvimento técnico e da simplificação (*Vereinfachung*) do trabalho, pressupõe atividades cada vez mais estultificantes (*abstumpfenden*), pois mimetizadoras do ritmo de máquinas, e condições cada vez mais incertas (*unsicher*) diante da incorporação de tecnologia (tornando o humano, em alguns ramos, dispensável) e da oscilação das crises às quais estão expostas as relações de mercado (HEGEL, 1987, p. 223). Hegel (1987, p. 224) desvela a condição problemática das relações de mercado justamente na aurora da vida industrial, aguçando uma consciência que depois trataríamos como “questão social”: os vínculos mediados pelas relações entre proprietários são deficitários, comprometendo o reconhecimento intersubjetivo diante dos crescentes contrastes (*Gegensatz*) entre riqueza e pobreza, incapazes de serem corrigidos pela lógica do próprio mercado. O senso de desigualdade (*Ungleichheit*) moderno não é apenas privação material, mas *precarização moral*, já que as carências afetam componentes intersubjetivos (como a estima e a autonomia) e tendem a acentuar indignação (*Empörung*) e ódio (*Hass*), ou seja, fragilizam as estruturas de reconhecimento ao alimentar ressentimento, corroendo a coesão social em função da alienação individual diante da racionalidade de um sistema estranhado. Essa percepção de desigualdades socioeconômicas é aprofundada em *assimetrias*, pois reforça as relações de poder e fragiliza o sentimento de pertença social, e estão no centro das agendas de desenvolvimento (NARITA; KATO, 2020).

A crítica hegeliana é tecida na aurora da “questão social” e demarca uma dupla virada na instituição do social. O trabalho se torna sujeito da produção social, precisamente, na conjuntura de nascimento da economia política. Como desdobramento, as próprias estruturas de mercado se autonomizam de qualquer tipo de controle tradicional e dos quadros regulatórios da política mercantil. Um sistema racionalizado pelo cálculo e pela jurisdição própria de relações de mercado progressiva-

mente se descola do mundo da vida. O sistema de trocas que amplia uma socialização entre proprietários é a marca de uma racionalidade de mercado cujo pressuposto é uma nova assimetria (que dispõe relações de poder e estratificação em classes, medida pela propriedade privada e pela renda), além da ampliação dos fins pragmáticos da ação, direcionados pelo auto-interesse e pelo cálculo rentável, agora legitimados para a consecução de *todos* os ramos da vida prática da cultura/espírito (trabalho, formação, produção cultural, política, etc.). O sistema de mediações da sociedade civil, então, explicita a denúncia do conteúdo problemático da atualidade (expresso na determinação das assimetrias que danificam a subjetividade e o reconhecimento) como uma crítica da reificação.

O sistema-mundo moderno, urdido pelas relações de mercado e pela expansão do capital pavimentada em ciência aplicada, possibilita uma espécie de sincronia por meio da divisão do trabalho e das assimetrias entre centros e periféricas para a produção global. Basicamente, se essas categorias materiais balizam a modernidade do ponto de vista da produção social (via trabalho), elas também constituem constelações de valores e de condutas junto às representações subjetivas à luz da sociedade de consumo e da ideologia da abundância.

## **ADAPTAÇÃO, REIFICAÇÃO E TÉCNICA COMO PRESSÕES SUBJETIVAS**

Uma atitude de crítica da atualidade talvez tenha mais transparência para desvelar os componentes normativos da modernidade em conjunturas como a atual, que mescla crise e uma aguda transformação sociotécnica (MORELOCK; NARITA, 2021b), na medida em que as promessas de emancipação ficam explicitamente tensionadas e negadas em sua realização histórica. Entendo promessas no sentido da tradição da teoria crítica à *la* Theodor Adorno e Max Horkheimer: como um movimento sempre vacilante, promessas são construídas e desfeitas

no processo histórico. Ao tentar se realizar, os valores são negados em sua própria efetivação e contradizem seus pressupostos.

Esse, aliás, é um dos pontos da *Dialética do esclarecimento*, de Horkheimer e Adorno, de 1944.<sup>2</sup> O desencadeamento das forças produtivas (subsidiando a revolução técnica do século XIX), a autodeterminação da sociedade civil (como indivíduos privados socializados pelo mercado), a autonomia individual (expressa na defesa da subjetividade a partir do uso autônomo da razão) e a razão como crítica (tematizando livremente os limites da atualidade por meio de suas relações problemáticas) são balizas normativas do ideal de esclarecimento radicalizado pelo iluminismo e pela sociedade industrial e estendido como proposta de racionalização social, ou seja, de depuramento da vida moderna conforme o progresso. Essa perspectiva de transição da modernidade promete um curso ascendente de desenvolvimento humano. Ao desconectar (*gelösen*) a perfectibilidade (*Vollendung*) de uma determinação puramente religiosa e torna-la melhoramento mundano, trata-se de uma intervenção da razão na própria história como crítica da atualidade e como progresso moral e material – indicado nas revoluções modernas e na técnica. A nova ordem, contudo, rapidamente funcionalizou a própria razão, domesticando-a à produtividade do mundo burguês (HORKHEIMER; ADORNO, 2009, p. 95-96).

Vale retomar o projeto de uma crítica da razão instrumental – entendida como razão aplicada em técnica, pois convertida de maneira imediata em cumprimento de tarefas práticas e transigente com o imperativo de adaptação social. Esse parece um motivo complementar entre o texto de 1944 e o projeto de crítica da razão instrumental de Horkheimer. A civilização industrial sujeita as relações sociais a uma

---

<sup>2</sup> Este ponto foi desenvolvido em um curso intitulado “Pesquisa interdisciplinar, crítica e teoria social: perspectivas a partir da Escola de Frankfurt”, ministrado a pesquisadores de mestrado e de doutorado, no segundo semestre de 2020, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Agradeço aos participantes pelo interesse e pelas valiosas discussões.

progressiva racionalização em que a observância dos comportamentos é uma resposta às coações (*Zwänge*) traduzidas em exigência de adaptação (*Anpassung*) à inovação técnica e às condições incertas da dinâmica econômica. A exigência de adaptação constitui pressões subjetivas, como esforço de autoconservação, de modo que o indivíduo se torna apenas mais um aparato adaptável (produtivo e rentável) na gestão de coisas (HORKHEIMER, 1991, p. 107-108).

Na sociedade contemporânea, esse processo atinge, via digitalização e desterritorialização das atividades produtivas, momentos antes confinados à esfera privada. A dependência das redes e dos aplicativos de mensagem instantânea tende a reforçar a pressão por disponibilidade constante, obliterando as separações estreitas entre o público e o privado, o trabalho e o descanso, etc. A otimização da mobilidade física parece ser inversamente proporcional às pressões técnicas sobre a subjetividade. A intensificação das forças produtivas acarreta uma forte pressão subjetiva de adaptação à nova normalidade (STIEGLER, 2018), realçando uma gramática subjetiva pautada, por exemplo, na sobrevalorização da noção de resiliência como um bem primário da necessidade adaptativa. No limite, trata-se de uma subjetividade podada em sua autonomia e capacidade de agência, de modo que o indivíduo é impelido a se adaptar às condições heterônomas e inseguras impostas por condições de vida sempre mutantes que individualizam os riscos (CHANDLER; REID, 2016; NARITA, 2018). O atual discurso das mudanças disruptivas reforça a noção de conformidade e de adequação às transições, que fragmentam a vivência com descontinuidades abruptas. O problema não é a técnica, (se fosse, teríamos que supor que os artefatos materiais são autônomos como fantasmagorias), mas as relações sociais danificadas sob a hipertrofia da razão instrumental (HORKHEIMER, 1991, p. 157).

O atual modo de produção exige flexibilidade diante das condições oscilantes. A razão, implicando a observância do comporta-

mento individual para a otimização da produtividade, é alvo de uma redução: torna-se identificada com uma capacidade funcionalizada, em conformidade com a adequação ao ritmo das coisas/máquinas, impelindo identificação e comparação das capacidades humanas com as métricas do mundo dos objetos (HORKHEIMER, 1991, p. 124-125) e submetendo-as ao ritmo das forças produtivas e à rentabilidade. Se as relações interpessoais são cada vez mais mediadas (*vermittelt*) por coisas (HORKHEIMER, 1991, p. 137), tendo em vista tanto a consecução dos interesses práticos da produção de mercadorias quanto a mediação de aparatos técnicos para a socialização, quanto maior é o dispêndio de poder sobre as coisas, mais elas governam a vida humana.

Esse talvez seja o ponto culminante da dialética do esclarecimento, pois a racionalização, assumindo a forma de adaptação, sujeita não apenas a natureza externa, mas a natureza interna. A expansão da técnica e as relações sociais reificadas indicam uma nova dominação que emerge das promessas desfeitas do esclarecimento. Esse rescaldo dos componentes normativos da modernidade é fundamental para o entendimento das tensões entre as promessas carregadas pelos conceitos (autonomia, abundância, liberdade, rentabilidade, etc.) e as contradições abertas quando as ideias tentam ser efetivadas no terreno histórico (NARITA, 2021a). Retomando o texto de 1944 de Horkheimer e Adorno (2009, p. 38):

Os homens sempre tiveram de escolher entre a submissão [*Unterwerfung*] à natureza ou submetê-la ao eu. Com a ascensão [*Ausbreitung*] da economia mercantil burguesa, o horizonte sombrio do mito foi clareado [*aufgehell*] pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadureceu a semente da nova barbárie. Forçado pela dominação, o trabalho humano procurou se afastar do mito, voltando a cair sob seu domínio, levado pela mesma dominação.

Até o final do século XVIII, nos quadros do capitalismo mercantil e do nascimento da ordem liberal, as invenções técnicas eram muito parciais e esporádicas – embora densas, espelhando uma indústria já emancipada da forma artesanal a partir da manufatura, cujas relações foram intelectualizadas pela mecânica formalizada em expressões matemáticas (BORKENAU, 1984, p. 19-20). Além disso, pesquisadores dedicados à aurora do mundo moderno, como Alfred Whitehead, Frédéric Mauro, Alexandre Koyré, Pierre Chaunu e Vitorino Magalhães Godinho, demonstram o impacto das redefinições de espaço/tempo com as técnicas de navegação, bússola, mapas, etc.

O arranque industrial, efetivado especialmente a partir dos anos 1830 e 1840, acelerou esse ritmo ao institucionalizar o discurso do progresso, *tornando-o valor normativo da modernidade* junto às políticas de modernização que deveriam induzir as transições históricas. A novidade não é o encantamento com a técnica, mas a *capilaridade* de sua penetração no mundo da vida. Esse é um processo de cientifização da técnica: o incremento técnico, em função da sofisticação e da ampliação da produção (tanto espacial quanto em quantidade e diversificação de mercadorias), ficou dependente da institucionalização de atividades profissionais especializadas na aplicação, ou seja, no predomínio da razão instrumental. A própria noção de *formação*, que pressupunha um domínio humanístico e de erudição elevado a um ideal de cultura acima da vida prática (WILLIAMS, 1959), cede às pressões da cientifização da técnica, já que a própria vida prática se tornou científica e dependente dos critérios instrumentais de mercado e de produtividade (SCHELSKY, 1961, p. 37-38).

Nesse sentido, Jürgen Habermas (1968, p. 112) destaca que os processos produtivos foram transformados pelas pressões da técnica na medida em que ela legitimou no mundo da vida uma reprodução social fiada nas promessas da administração e da ciência aplicada. A razão instrumental penetra nas esferas de reprodução cultural, via sistemas de

ensino (infraestrutura social por excelência da modernidade), indicando a prioridade de competências específicas em uma divisão do trabalho cada vez mais aguçada sob as disrupções técnicas, exigindo adequação das atitudes subjetivas ao estreitamento da formação. Essa dinâmica foi acentuada a partir do pós-1945, acompanhando o forte crescimento econômico dos "trinta gloriosos" (1945-1973), quando a ascensão social e as transformações industriais (urbanização, comunicações, medicina, "revolução verde", etc.) foram seguidas *pari passu* pela crescente especialização do trabalho (tanto material quanto imaterial) e pela ampliação da instrução técnica a fim de suprir a reprodução do mercado de trabalho.

Quando Karl Marx indica o trabalho como *sujeito* do processo social, ele ressalta um duplo desdobramento do apelo normativo do trabalho na produção social moderna. Por um lado, trabalho é sujeito não porque ele é a fonte da riqueza, pois apenas a natureza é a fonte dos valores de uso. Antes, conforme um texto de 1875, o trabalho move o processo social pois ele é a *apropriação da natureza*, ou seja, torna-se produtor dos valores de uso e da riqueza ao tratar a natureza mediante uma relação proprietária (MARX, 1987, p. 15-17). Por outro lado, trata-se de um esforço de *historicizar* o problema: ao mover o processo social e revolucionar as forças produtivas, as relações de produção são transformadas e os modos de integração aos circuitos de acumulação do capital sofrem inflexões (MARX, 2002, p. 61, p. 162-163), expandindo sobre os sujeitos produtivos novas fronteiras e necessidades para a consecução dos fins da valorização e da acumulação.

A constante revolução das forças produtivas, um dos pressupostos da expansão do capitalismo como sistema-mundo moderno (articulando as regiões assimetricamente em função da produção e do consumo), traduz a razão instrumental em lógica da produção social moderna. A própria subjetividade se torna maleável e adaptável à valorização. Nesse sentido, Marx (1983, p. 602) já reconhecia, nas categorias de crítica da

economia política, a importância do “intelecto geral” como conhecimento que se torna força produtiva imediata (*unmittelbar*) e apropriada na forma do saber aplicado em processo de trabalho revolucionado pelo capital fixo (maquinário e tecnologia). Paralelamente à produção material, portanto, há componentes intelectuais e subjetivos (cognitivos) da força socializada de trabalho engajada na valorização.

As relações sociais danificadas pela primazia da razão instrumental sinalizam a reificação das vivências. Por um lado, a reificação compromete a própria subjetividade (HORKHEIMER, 1991, p. 71) ao sujeitá-la a instrumento para consecução de tarefas e treinamentos. Por outro lado, todos os elementos dispostos para o trabalho, da produção material de objetos até a própria vida (afetos, colaboração, parceria, etc.), são convertidos em relações rentáveis e explorados como forças produtivas, de modo que a capacidade de integração estrutural antes disposta pelo mito ou pela religião é substituída pelo aparato econômico (HORKHEIMER, 1991, p. 59). Esses modos de socialização sabotam o potencial de emancipação da razão, expresso na aurora da modernidade, tornando-a vetor de uma nova dominação.

Na formação da modernidade como mercado mundial, a absorção da produção não-capitalista ou de componentes periféricos do trabalho produtivo (afetos, cuidados, trabalho reprodutivo, etc.) junto aos circuitos de modernização do capitalismo pressupunha a colonização de espaços e de modos de socialização alheios absorvidos como anteparos ou pressupostos implícitos à valorização. Em outras palavras, os elementos subjetivos, como os afetos e as competências socioemocionais, eram subsidiários da produção social na gênese da modernidade, tanto como ordenamento moral para engajamento subjetivo (retidão, obediência, etc.) (NARITA, 2017; NARITA, 2019), quanto como uma economia da atenção e seriação de disciplinas (WEIL, 1955), na lógica fordista/taylorista, em que a alienação não era apenas em relação aos produtos estranhados do trabalho, mas em relação à danifi-

cação subjetiva decorrente da subsunção de trabalho vivo pela geração de valor e pelo ritmo inumano do maquinário (MANDEL; NOVACK, 1973). As práticas disciplinares do trabalho fixavam indivíduos em instituições, diferenciando espaços (público/privado, trabalho/lazer, etc.) e capacidades subjetivas que estavam “dentro” (imediatamente ligadas ao trabalho produtivo) em relação às “de fora” (afetos).

Esse quadro foi alterado no final do século XX. Já não há mais tantas fronteiras “de fora” a serem integradas (tanto no sentido de aptidões pessoais não necessariamente envolvidas imediatamente no trabalho produtivo quanto no sentido de regiões deslocadas da produção capitalista) (HARDT; NEGRI, 2009). Além disso, embora o trabalho material ainda seja decisivo na reprodução social, tampouco a produção de bens materiais é o foco exclusivo da geração de valor. Trata-se, agora, de uma penetração das relações de mercado nos *interstícios* do mundo da vida, tornando-o permeável à lógica da rentabilidade e do cálculo por meio da gestão de afetos, colaboração, símbolos e comunicação.

No final dos anos 1970, algumas teses tentaram abarcar o início dessa mutação, como a edição ampliada da *chef d'oeuvre* redigida pelo economista Alfred Sohn-Rethel (1978, p. 73-77), que analisava os novos nexos entre capacidades cognitivas e produção de mercadorias sob a automação, sublinhando não apenas a preponderância da ciência aplicada, mas a crescente necessidade de extração de competências intelectuais (“imateriais”) do trabalho. No limite, a abordagem realça uma cisão na promessa de autonomia subjetiva da modernidade com a difusão da automação. Haveria uma *substituição* da subjetividade humana como principal força produtiva do processo de trabalho, esvaziando a autonomia e a criatividade em função da repetição de tarefas mecânicas e da abstração dos atributos pessoais do trabalho estandarizados em protocolos e em procedimentos (SOHN-RETHEL, 1978, p. 173-176). Antes de uma *substituição*, contudo, talvez seja mais preciso pensar em uma *refuncionalização* dos componentes subjetivos na produção de

valor. Diante das transformações sociotécnicas das últimas quatro décadas, os conteúdos subjetivos do mundo da vida (colaboração, afetos, responsividade, etc.) tornaram-se centrais para a valorização e para a reificação dos formatos mais flexíveis de trabalho, de modo que o consumo de serviços, mercadorias culturais e informação nos tempos livres (via capacitação, reciclagem, atualização, etc.) produz conhecimento e competências de engajamento subjetivo que retroalimentam a gramática da produção social *imiscuída agora às próprias vivências*. Outrora cooptadas de modo *extensivo* pela expansão de mercado, pois extraídas de fora do terreno do trabalho tradicional ou incorporadas a partir de modos de socialização não-capitalistas, as capacidades agora são convertidas em dinâmicas *intensivas* que, não mais se expandindo espacialmente ou externamente, amarram todas as esferas internas da própria vida em determinações produtivas (VANDENBERGHE, 2006, p. 99-102) – dinâmicas facilitadas pela mobilidade das redes e pela desterritorialização propiciada pelos modos de acesso aos conteúdos remotos.

O conhecimento é um dos grandes ativos da sociedade em rede pois, além de estar vinculado a patentes e à lógica de copyrights e de depender de sistemas científicos/educacionais eficientes, é aplicado em tecnologia e exige maior especialização mesmo em atividades menos intelectualizadas (diferentemente de ativos primários de baixa especialização) (AMSDEN, 2009), há um giro significativo na acumulação. Fatores intangíveis de produção passam a sobrepesar nos processos produtivos a partir da criatividade relacionada ao conhecimento, cooperação, gestão de projetos, pequenas unidades articuladas em rede e afetos, ou seja, processos que exigem um tipo de investimento imaterial (MOULIER-BOUTANG, 2011, p. 57-58) convertido em capital humano (competências subjetivas para a valorização) e inovação. A disrupção acentua não apenas a percepção tipicamente moderna das transições e discontinuidades cada vez mais bruscas que fragmentam nossa atualidade. Antes, ela sublinha uma condição específica do atual

modo de produção: a emergência de um tecnocapitalismo (KELLNER, 2021), em que as relações de produção não são apenas afetadas pela inovação tecnológica, mas dependem integralmente de múltiplas *assemblages* entre a ciência aplicada em automação e gestão e a total interação humana com redes digitais e dados imateriais na produção.

### **MODERNIDADE: DESCAMINHOS DE UM PROJETO INACABADO?**

A ideia da modernidade como um "projeto inacabado" advém de um conhecido artigo de Habermas (1981), que pretende pensar a modernidade como um horizonte ainda pertinente, porém problemático. Em vez de abandonar o projeto moderno, Habermas advogava a importância de extrair lições de seus descaminhos. Sem abrir mão do discurso da modernidade, então, seria preciso aprender com seus desvios. A fragmentação das promessas de emancipação da modernidade foi uma das marcas históricas do século XX: a dominação burocrática e a expansão da razão instrumental, por exemplo, foram levadas ao limite com o terror de Estado (ditaduras, repressão política, etc.). Daí uma das apostas habermasianas consistir na reconstrução de um mundo da vida em que a praxis comunicativa seja orientada por meio da articulação de interpretações cognitivas, expectativas morais, expressões e avaliações. Em outras palavras, conforme a teoria madura na defesa do agir comunicativo, trata-se de um potencial comunicativo e de construção de entendimento, mediante razões, contra a lógica arbitrária do sistema (procedimentos e normas verticais advindas de instituições financeiras ou burocracia estatal) e a colonização da razão instrumental sobre a autonomia do mundo da vida.

No mundo contemporâneo parece ocorrer justamente o contrário da aposta habermasiana. Há uma cisão e um descompasso cada vez mais acentuados entre mundo da vida e sistema. Esses próprios pares estão sujeitos a relações cada vez mais reificadas diante das atuais crises

de representação nas democracias liberais (MORELOCK; NARITA, 2018; MORELOCK; NARITA, 2021a), com uma dinâmica social refratária e desafeita ao sistema partidário e representativo instituído nas últimas quatro décadas. Um dos sinais dessa crise das instituições modernas é um tipo específico de alienação (MORELOCK; NARITA, 2019), pois alienação é sempre perda de algo substancial, e nesse caso indica o mundo da vida privado de uma condição (representação política) que se torna estranha. Alain Touraine (1994, p. 196) tem uma boa expressão para esse fenômeno sociopolítico: a *dissociação*, ou seja, o aparato sistêmico não consegue ser conciliado com a dinâmica social e seu ritmo de demandas. A inexistência de um monopólio de sentido fiado pela tradição e a crise das instituições de integração social (partidos tradicionais e confiança no sistema político) indica que a coesão social não é mais descrita nem organizada apenas em torno de valores estabilizados fundamentalmente pelo Estado (TOURAINÉ, 1994, p. 232).

Habermas acredita no discurso da modernidade. Mas é difícil tematizar os horizontes de emancipação como se eles não estivessem irmanados com as crises e com as formas de dominação. Em outras palavras, parece difícil sustentar que um lado seja o descaminho do outro e, assim, possa ser sujeito a corretivos ou a um caminho mais autêntico. Por isso o argumento deste artigo aposta nas contradições internas ao projeto moderno, saturando as promessas à luz de um movimento vacilante em sua efetivação histórica. O discurso da modernidade, pensando no registro da primeira teoria crítica de Horkheimer e Adorno, promete emancipação mas entrega também a barbárie. As *contradições são saturações dentro de um mesmo projeto*. A negatividade, que frustra as promessas de emancipação dos valores da modernidade, é parte do empuxo que desenvolve o moderno.

Dialogando com esse horizonte, portanto, entendo que ainda estamos *dentro* do problema da modernidade. Especialmente em suas crises (sinais explícitos das transições às quais a atualidade é sujeita e

pelas quais se torna problemática), nosso horizonte é revolvido pela questão da modernidade. Quando deslocamos para o centro do debate público e para a agenda de políticas públicas temas como a desigualdade, o fracasso das promessas de ascensão social, a coesão social, a identidade como base do conflito social ou as promessas de autonomia subjetiva via políticas de redistribuição ou de reconhecimento, somos profundamente modernos.

A corrente crise, por exemplo, tensiona uma das premissas do terreno normativo da modernidade, a saber, as promessas de individualização decorrentes do consumo. Ao submeter a produção e a reprodução cultural aos ditames das formas industriais, a razão instrumental legitimou o tempo desenvolvimentista da modernidade à miragem de abundância da sociedade de consumo, tornando-o uma força produtiva e uma *contrainte* moral indispensável para as forças produtivas (BAUDRILLARD, 1970, p. 115-116). O apelo do consumo, expresso na mobilidade de mercadorias, torna-se problemático quando assistimos aos abalos sobre as cadeias produtivas (COHEN, 2020; GRAY, 2020) e à escassez de materiais na esteira do bloqueio de circulação da pandemia de covid-19 (GOODMAN; CHOKSHI, 2021). Trata-se de uma vulnerabilidade da lógica de mercado evidente em uma época de estoques limitados, decorrentes do modelo *just in time* de mobilidade e corte de custos da produção, em um sistema que promete abundância e entrega também escassez.

Expondo essas contradições, a pandemia de covid-19, aliás, talvez seja o primeiro evento realmente global: algo que afeta instantaneamente – em um intervalo de semanas – sociedades espacialmente distantes, mas integradas pela mobilidade da globalização. Desaparece o *lugar de fora* da modernidade: categorias clássicas utilizadas para explicar a mudança social, como comunidade/sociedade e mesmo as teorias da modernização do pós-guerra, podem ser repensadas em função dos novos ritmos de mudança social e da inexistência de um lugar

de fora (pré-moderno, tradicional, etc.) que será integrado ao mundo moderno. Como um discurso sem lugar, que se desloca pelas fibras das sociedades produtoras de mercadorias, o horizonte da modernidade nos engolfa como a vertigem de um projeto fadado ao inacabamento e à contradição de suas promessas.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Ästhetische Theorie**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2012.

ALLOWAY, Lawrence. Popular culture and pop art. **Studio International**, Londres, v. 178, n. 4, p. 17-23, 1969.

AMSDEN, Alice. **A ascensão do resto**. Trad. Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ARON, Raymond. **Dix-huit leçons sur la société industrielle**. Paris: Gallimard, 1962.

BARCENA, Alicia; PRADO, Antonio; ABRAMO, Laís; PÉREZ, Ricardo. **The social inequality matrix in Latin America**. Santiago: CEPAL, 2017.

BATAILLE, Georges. **La part maudite**. Paris: Minuit, 2007.

BAUDRILLARD, Jean. **La société de consommation**. Paris: Gallimard, 1970.

BECKETT, Samuel. **Proust**. Trad. Edith Fournier. Paris: Minuit, 1990.

BELL, Daniel. **The cultural contradictions of capitalism**. Nova York: Basic Books, 1976.

BORKENAU, Franz. **La transizione dall'immagine feudale all'immagine borghese del mondo**. Milão: Mulino, 1984.

BRAUDEL, Fernand. **Grammaire des civilisations**. Paris: Flammarion, 1987.

CALINESCU, Matei. **Five faces of modernity: modernism, avant-garde, decadence, kitsch, postmodernism**. Durham: Duke University Press, 2003.

CHANDLER, David; REID, Julian. **The neoliberal subject: resilience, adaptation and vulnerability**. Londres: Rowman & Littlefield, 2016.

COHEN, Daniel. Le covid-19 agit comme une métaphore de la démondialisation. **Libération**, Paris, 19 mar. 2020.

DELEUZE, Gilles. **Proust et les signes**. Paris: PUF, 2007.

DIAS, Manuel Nunes. **Partilha do mar oceano e descobrimento do Brasil**: subsídio para a história das grandes rotas do comércio marítimo. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963.

FOUCAULT, Michel. **Le gouvernement de soi et des autres**. Paris: Gallimard, 2008. (ed. Frederic Gros, Alessandro Fontana e François Ewald)

FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que les lumières? (1984). In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II**. Paris: Gallimard, 2004.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GOODMAN, Peter; CHOKSHI, Niraj. How the world ran out of everything. **New York Times**, Nova York, 1 jun. 2021.

GRAY, John. Why this crisis is a turning point in history. **New Statesman**, Londres, 1 abr. 2020.

HABERMAS, Jürgen. Die Moderne: ein unvollendetes Projekt (1980). In: HABERMAS, Jürgen. **Kleine politische Schriften I-IV**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.

HABERMAS, Jürgen. Technik Fortschritt und soziale Lebenswelt. In: HABERMAS, Jürgen. **Technik und Wissenschaft als Ideologie**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1968.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Jenaer Systementwürfe III**. Hamburgo: Felix Meiner, 1987. (ed. Rolf-Peter Horstmann)

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Phänomenologie des Geistes**. Stuttgart: Reclam, 1988.

HOBBSAWM, Eric. **Behind the times**: the decline and fall of the twentieth-century avant-gardes. London: Thames and Hudson, 1998.

HORKHEIMER, Max. **Zur Kritik der instrumentellen Vernunft**. Frankfurt am Main: Fischer, 1991. (Gesammelte Schriften 6, ed. Alfred Schmidt)

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Dialektik der Aufklärung**. Berlin: Fischer, 2009.

JAMESON, Fredric. **Postmodernism or the cultural logic of late capitalism**. Nova York: Verso, 1991.

KANT, Immanuel. Beantwortung der Frage: was ist Aufklärung? (1784). In: KANT, Immanuel. **Abhandlungen nach 1781**. Berlin: De Gruyter, 1968. (Akademie-Ausgabe/ Bonner Kant-Korpus, vol. 8)

KELLNER, Douglas. **Technology and democracy**. Londres: Springer, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. Das achtzehnte Jahrhundert als Beginn der Neuzeit. In: KOSELLECK, Reinhart; HERZOG, Reinhart. **Epochenschwelle und Epochenbewusstsein**. Berlin: Fink, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. **Vergangene Zukunft**: zur Semantik geschichtlicher Zeiten. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1995.

LUHMANN, Niklas. **Soziale Systeme**: Grundriss einer allgemeinen Theorie. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1987.

MAASE, Kaspar. **Was macht Populärkultur politisch?**. Berlin: VS Verlag, 2010.

MANDEL, Ernest; NOVACK, George. **The Marxist theory of alienation**. New York: Pathfinder Press, 1973.

MARX, Karl. **Ökonomische Manuskripte (1857-1858)**. Berlin: Dietz, 1983. (Marx Engels Werke, vol. 42)

MARX, Karl. **Kritik des Gothaer Programms (1875)**. Berlin: Dietz, 1987. (Marx Engels Werke, vol. 19)

MARX, Karl. **Misère de la philosophie**. Paris: Payot, 2002.

MORELOCK, Jeremiah; NARITA, Felipe Ziotti. A dialectical constellation of authoritarian populism in the United States and Brazil. In: MORELOCK, Jeremiah. **How to critique authoritarian populism**. Leiden: Brill, 2021 a.

MORELOCK, Jeremiah; NARITA, Felipe Ziotti (orgs.). **Latency of the crisis**. Poznan: Praktyka Teoretyczna, Adam Mickiewicz University, 2021 b.

MORELOCK, Jeremiah; NARITA, Felipe Ziotti. Populism and political agitation in late capitalism: research notes. In: MENDES, Alexandre

Marques (org.). **Seminário internacional de políticas públicas e desenvolvimento social**. Franca: Edições FCHS-UNESP, 2019.

MORELOCK, Jeremiah; NARITA, Felipe Ziotti. Public sphere and world-system: theorizing populismo at the margins. In: MORELOCK, Jeremiah. **Critical theory and authoritarian populism**. Londres: University of Westminster Press, 2018.

MORELOCK, Jeremiah; NARITA, Felipe Ziotti. **The society of the selfie: social media and the crisis of liberal democracy**. Londres: University of Westminster Press, 2021c.

MOULIER-BOUTANG, Yann. **Cognitive capitalism**. Londres: Polity, 2011.

NARITA, Felipe Ziotti. **A educação da sociedade imperial**. Curitiba: Appris, 2017.

NARITA, Felipe Ziotti. **A experiência da aceleração: paisagem, infraestrutura e o imaginário da modernidade no Brasil**. 247 f. Relatório (Pós-Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Supervisor: Oswaldo Serra Truzzi.

NARITA, Felipe Ziotti. Ainda aprender com a história?. In: FONSECA, Sérgio César. **Ensinar história**. São Paulo: Millennium, 2021a.

NARITA, Felipe Ziotti. **Educação, vida urbana e moralidade: a elaboração do povo e a invenção do social no fim de século brasileiro**. 358 p. Relatório (Pós-Doutorado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019. Supervisor: Sérgio César da Fonseca.

NARITA, Felipe Ziotti. Morale scolaire et transculturation dans l'espace atlantique au XIXe siècle. In: FONTAINE, Alexandre. **Penser la circulation de savoirs scolaires dans le monde transatlantique**. Lormont: Le Bord de l'eau, 2021b.

NARITA, Felipe Ziotti. **O século e o império: tempo, história e religião no segundo reinado**. Curitiba: Appris, 2014.

NARITA, Felipe Ziotti. Unlimited capitalism and the politics of the common. **Praktyka Teoretyczna**, Poznan, v. 27, n. 1, 2018.

NARITA, Felipe Ziotti; KATO, Danilo Seithi. Construção democrática e educação popular: para um esquema interpretativo da América Latina. In: KATO, Danilo Seithi; NARITA, Felipe Ziotti. **Educação popular na América**

**Latina:** experiências e contradições de uma década em movimento. Uberaba: EdUFTM, Cadernos CIMEAC, 2020.

OTTONE, Ernesto; SOJO, Ana; EPÍNDOLA, Ernesto; FERES, Juan Carlos; HOPENHAYN, Martin; VERGARA, Carlos. **Cohesión social:** inclusión y sentido de pertenencia en América Latina y el Caribe. Santiago: Cepal, 2007.

PERNIOLA, Mario. **La società dei simulacri.** Milão: Agalma, 1980.

POLANYI, Karl. **The great transformation.** Boston: Beacon, 2008.

RAYNAL, Guillaume-Thomas. **Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les Indes.** Genebra: Pellet, 1781. (vol. 10)

SOHN-RETHEL, Alfred. **Intellectual and manual labour.** Londres: Macmillan, 1978.

SCHELSKY, Helmut. **Der Mensch in der wissenschaftlichen Zivilisation.** Colônia: Springer, 1961.

SHUSTERMAN, Richard. **Pragmatist aesthetics:** living beauty, rethinking art. Londres: Rowman & Littlefield, 1992.

SMITH, Adam. **The wealth of nations.** Boston: Bantam, 2003.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Sete teses equivocadas sobre América Latina. **Sociedade e Cultura,** Goiânia, v. 17, n. 1, 2014.

STIEGLER, Barbara. **Il faut s'adapter.** Paris: La Découverte, 2018.

SUSEN, Simon. **The postmodern turn in the social sciences.** Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

VANDENBERGHE, Frederic. **Complexités du posthumanisme.** Paris: L'Harmattan, 2006.

WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft:** Grundriss der verstehenden Soziologie. Tübingen: Mohr, 1980. (vol. 1)

WEIL, Simone. **Réflexions sur les causes de la liberté et de l'oppression sociale.** Paris: Gallimard, 1955.

WILLIAMS, Raymond. **Culture and society (1780-1950).** Nova York: Columbia University Press, 1959.